

DESIGUALDADES E EXCLUSÃO NO BRASIL: UM OLHAR CONECTADO À EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19

Francisca Rejane Bezerra Andrade - UECE

rejane.bezerra@uece.br

INTRODUÇÃO AO TEMA

O Brasil adentra na segunda década do século XXI com quase 27 milhões de pessoas vivendo na linha de pobreza extrema (IBGE, 2020) e os efeitos devastadores da pandemia de COVID-19 contribuem para ampliar as fragilidades históricas das estruturas de proteção social brasileiras, que circunscrevem uma indefinição nos rumos das políticas sociais, particularmente daquelas destinadas aos grupos sociais mais vulneráveis, revelando que o caminho traçado pelo Brasil não levará à ascensão social almejada.

O presente trabalho foi idealizado com o intuito de contribuir com os estudos que versam sobre a temática das desigualdades, educação e pandemia de COVID-19, considerando que o atual contexto histórico-social desafia ainda mais o cientista social a compreender as implicações das transformações do mundo capitalista globalizado para a humanidade.

DESENVOLVIMENTO

Ao passo em que a crise social se acentua com o recrudescimento da crise econômica e sanitária advinda da pandemia de COVID-19, observamos os impactos de uma série de medidas de austeridade adotadas pelo governo brasileiro desde 2015, que atinge diretamente a extensão dos direitos sociais conquistados com a Constituição de 1988, particularmente nas áreas de educação e saúde.

Dentre estas medidas, a Emenda Constitucional 95/2016 (EC 95) ou Emenda do Teto dos Gastos, em vigor desde 2017, ao estabelecer o congelamento do gasto público por 20 anos reduziu as obrigações legais do estado brasileiro para com as políticas sociais, acentuando os níveis de desigualdades e negligenciando os direitos sociais e econômicos básicos, particularmente da população em situação de pobreza e extrema pobreza.

É importante pontuar que a tradição autoritária e conservadora da sociedade brasileira reverbera uma patente incivilidade ancorada no imaginário social constituído por uma tradição escravista e patriarcal (TELLES, 2006), o que contribui para que o Brasil vivencie uma experiência republicana em que, segundo Schwarcz (2019, p. 64): “Nos falta, ainda mais, o

exercício dos direitos sociais, qual seja, a participação na riqueza coletiva: o direito, ou melhor, o pleno exercício do direito à saúde, educação, ao emprego, à moradia, ao transporte e ao lazer.”

Na área educacional, o Brasil apresenta um quadro ainda insatisfatório, apesar do desenvolvimento de políticas de expansão quantitativa e extensão da escolaridade obrigatória adotadas desde os anos de 1980, com a expansão do acesso à escola. Embora tenha ocorrido a ampliação do atendimento a crianças, adolescentes e jovens, identificamos variações tanto em termos regionais como de níveis diferenciais de renda.

A política pública de educação, igualmente, é seriamente impactada por indicadores de repetência e evasão na educação básica. E apesar dos anos de permanência na escola terem aumentado significativamente nas duas últimas décadas, esse crescimento não representou a garantia de equidade e qualidade educacional no Brasil.

É perceptível que os problemas estruturais de pobreza, racismo e segmentação do mercado de trabalho brasileiros corroboram para a ampliação das disparidades educacionais entre famílias de maior e menor renda, que residem na zona urbana ou rural, e em uma ou outra região do país. Significa dizer que os diferenciais de oportunidades educacionais, segundo as condições de renda e localização geográfica dos estudantes, dentre outros, são fatores determinantes para os processos de escolarização no Brasil.

E mais, que o acesso à escola das majorias, das periferias, é condição necessária, mas não suficiente para contribuir com possibilidades concretas de mudanças na vida de parcela expressiva da população brasileira, na medida em que o processo de exclusão educacional não ocorre mais e principalmente na questão do acesso, mas também dentro da escola. Principalmente quando vivenciamos uma pandemia como a de COVID-19, em que a população mundial é afetada por suas consequências sanitárias e econômicas, com intensidade maior entre a população pobre e vulnerável, pois nela figuram, dentre outros, aqueles com menor instrução e patrimônio, com empregos inseguros e ocupações com pouca qualificação.

Devido à pandemia, à recessão e os conflitos e mudanças climáticas, cerca de 150 milhões de pessoas no mundo viverão em extrema pobreza em 2021, ou seja, 1,4% da população mundial (BANCO MUNDIAL, 2020). É evidente que essa crise planetária resultará na ampliação das desigualdades e na diminuição da mobilidade social, comprometendo seriamente a equidade educacional.

No caso brasileiro, a situação é particularmente grave à medida em que o país ainda é um dos países com distribuição de renda mais injusta do mundo. As consequências desta nova

situação sobre a educação são imediatas, pois estamos trabalhando em termos educacionais com universos totalmente diferenciados, que tendem a reforçar as polarizações e desigualdades.

Nesta linha de raciocínio, a Nota Técnica *Ensino a distância Educação Básica frente à pandemia da Covid-19*, publicada em abril de 2020 pelo *Todos Pela Educação*, apresenta um breve retrato das consequências da pandemia para a educação brasileira, das quais destacamos:

1. A maioria dos estudantes brasileiros permaneceu distante da escola pública por um longo período em 2020, ampliando, dentre outros fatores, a evasão escolar e o trabalho infantil;
2. A inexistência de recursos tecnológicos nas residências de milhares de estudantes corroborou para a ampliação da exclusão educacional;
3. As consequências da pandemia impactam emocional, física e cognitivamente estudantes e professores;
4. É necessário investir na formação dos professores para o uso de novas tecnologias e para o acolhimento qualificado dos estudantes;
5. O ensino à distância aprofunda as desigualdades de aprendizagem conforme os conhecimentos e competências desenvolvidos anteriormente pelos estudantes brasileiros;
8. É imprescindível ampliar o acesso das famílias pobres e vulneráveis aos recursos tecnológicos, e seus filhos devem receber atenção especial durante a pandemia;
9. A relação escola-família deve ser fortalecida. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020)

O sistema educacional brasileiro continua sustentando as bases da desigualdade social que determinam a nossa história, pois não está favorecendo o pleno acesso e as condições de equidade, e conseqüentemente está limitando o fomento de melhores condições de vida da maioria da população brasileira.

Entendemos que precisamos instigar o debate que questiona a mercantilização da educação e seus reflexos para a sociedade na contemporaneidade e refletirmos, como ressaltam Vale e Souza: “sobre as estratégias do capital para educar o consenso e ampliar as bases do conformismo [...]. Nesse processo, a educação reapareceu como fator de desenvolvimento e oportunidade de *inclusão dos excluídos*.” (VALE; SOUZA, 2016, p. 62)

CONCLUSÕES

A educação básica é um direito e não um privilégio de determinada classe social. Todavia, permanecemos com o desafio histórico de garantir o acesso da população à escola e ofertar um ensino crítico e de qualidade para todos, independentemente de classe social, localização geográfica, raça e gênero.

E esse desafio é ampliado diante de uma pandemia global, que coloca em risco a humanidade, amplia as demandas por políticas públicas, afeta o sistema de saúde e seguridade social, paralisa e fragiliza os sistemas educacionais e intensifica as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. *LA POBREZA Y LA PROSPERIDAD COMPARTIDA 2020: UN CAMBIO DE SUERTE*. RELATÓRIO 2020. GRUPO BANCO MUNDIAL. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://OPENKNOWLEDGE.WORLDBANK.ORG/BITSTREAM/HANDLE/10986/34496/211602OVSP.PDF?SEQUENCE=21&ISALLOWED=Y](https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/34496/211602OVSP.pdf?sequence=21&isAllowed=y) ACESSO EM: 01 DE FEV. DE 2021.

BRASIL. *EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95*. ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O NOVO REGIME FISCAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. BRASÍLIA, 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

IBGE. *SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA: 2020* / IBGE, COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2020. 148 P. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIBLIOTECA.IBGE.GOV.BR/VISUALIZACAO/LIVROS/LIV101760.PDF](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf) ACESSO EM: 01 DE FEV. DE 2021.

SCHWARCZ, LILIA MORITZ. *SOBRE O AUTORITARISMO BRASILEIRO*. SÃO PAULO, COMPANHIA DAS LETRAS, 2019.

TELLES, VERA DA SILVA. *DIREITOS SOCIAIS: AFINAL DO QUE SE TRATA?* BELO HORIZONTE: ED. UFMG, 1999.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *NOTA TÉCNICA: ENSINO A DISTÂNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19*. TODOS PELA EDUCAÇÃO. ABRIL DE 2020.

VALE, ERLÊNIA SOBRAL DO; SOUZA, NATHALIA MARTINS DE. A EDUCAÇÃO, A UNIVERSIDADE E O TRABALHO DOCENTE NO QUADRO DA REPRODUÇÃO SOCIAL NEOLIBERAL. IN: ANDRADE, FRANCISCA REJANE BEZERRA (ORG.) *SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO, DISTINTOS OLHARES*. FORTALEZA: EDUECE, P. 37-66, 2017.